

**UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

FACULDADE DE DIREITO



**PROCESSO
SELETIVO PÚBLICO
RESIDÊNCIA
JURÍDICA 2014**

CÍVEL



INSTRUÇÕES

Você recebeu o seguinte material:

- Uma PROVA OBJETIVA contendo 50 (cinquenta) questões¹, à cada qual correspondem 4 (quatro) alternativas: A, B, C e D;
- Um CARTÃO RESPOSTA personalizado.

- 1) Após a ordem para o início da prova, confira o material recebido, verificando se a sequência da numeração das questões e a paginação estão corretas. Caso contenha alguma irregularidade, comunique a um dos fiscais.
- 2) Confira, no CARTÃO RESPOSTA, se seu nome e número de inscrição estão corretos.
- 3) O CADERNO DA PROVA OBJETIVA poderá ser utilizado para anotações, mas somente as respostas assinaladas no CARTÃO RESPOSTA serão objeto de correção.
- 4) Ao final do CADERNO DA PROVA OBJETIVA, está disponível o GABARITO RASCUNHO, que poderá ser levado pelo candidato após 1 (uma) hora do início da prova.
- 5) O CADERNO DA PROVA OBJETIVA só poderá ser levado pelo candidato faltando 1 (uma) hora para o seu encerramento.
- 6) Leia atentamente cada questão e assinale no CARTÃO RESPOSTA a alternativa que mais adequadamente responde a cada uma das questões.
- 7) Observe as seguintes recomendações relativas ao CARTÃO RESPOSTA:
 - Não poderá ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
 - A maneira correta de marcação das respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir fortemente, com caneta esferográfica tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme modelo abaixo:

1	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

NÃO SERÁ PERMITIDO O USO DE BORRACHA OU CORRETIVO DE QUALQUER ESPÉCIE NO CARTÃO RESPOSTA. Outra forma de marcação diferente da que foi determinada acima implicará em rejeição do CARTÃO RESPOSTA pela leitora ótica. A leitora ótica não registrará também questões em que houver:

- falta de nitidez na marcação;
- mais de uma alternativa assinalada.

8) A prova terá duração de 04 (quatro) horas. Os 03 (três) últimos candidatos só poderão deixar o local de prova depois que o último entregar seu CARTÃO RESPOSTA.

Após o término da prova, entregue ao Fiscal:- O CARTÃO RESPOSTA, devidamente assinado. O candidato que não devolvê-lo será eliminado do concurso.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Divulgação do gabarito da Prova Objetiva	07/10/2013	www.cepuerj.uerj.br
Interposição de recursos contra o gabarito da PO	07 a 11/10/2013	
Resposta ao recurso ao gabarito da PO	08/11/2013	

¹Todos os casos e nomes utilizados nessa prova são fictícios e qualquer semelhança com casos reais é mera coincidência.

ORGANIZADOR





DIREITO CIVIL

1) João, 17 anos, possui a denominada trissomia do cromossoma 21, ou seja, síndrome de *Down*. Seu pai, Caio, preocupado com a situação jurídica de seu filho, procura o escritório modelo para obter informações a respeito da possibilidade de interdição de João, quando ele completar 18 anos. Neste caso, é correto afirmar que João:

- a) caso não tenha discernimento para os atos da vida civil, poderá ser interditado como absolutamente incapaz. Caso João tenha discernimento reduzido, poderá ser interditado como relativamente incapaz
- b) deverá necessariamente ser interditado como absolutamente incapaz
- c) deverá necessariamente ser interditado como relativamente incapaz
- d) não poderá ser interditado, salvo se concordar expressamente

2) Mário, 33 anos, após levar seu filho à creche comunitária, não retorna ao seu lar. Passados 30 dias sem notícias do paradeiro de Mário, seus parentes procuram o escritório modelo com objetivo de amparo jurídico na área civil. Destaca-se que Mário não deixou representante ou procurador a quem coubesse administrar seus bens. Com base nestas informações é correto afirmar que:

- a) de acordo com o Código Civil brasileiro, o juiz deverá declarar a morte de Mário sem decretação de ausência
- b) por força da legislação brasileira, qualquer medida judicial só poderá ser proposta depois de três anos de desaparecimento de Mário
- c) a doutrina brasileira considera que Mário deverá ser interditado como absolutamente incapaz pela autoridade judiciária competente que, no mesmo ato, nomeará um curador para atuar como representante legal
- d) de acordo com o Código Civil brasileiro, como Mário desapareceu do seu domicílio sem dele haver notícia, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, poderá declarar a ausência, e nomear-lhe-á curador

3) Acerca do tema classificação dos bens, é correto afirmar que:

- a) por força do Código Civil brasileiro, o direito à sucessão aberta é considerado um bem imóvel
- b) segundo o Código Civil, os bens móveis destinados à alienação são classificados como fungíveis e compostos
- c) de acordo com a legislação ordinária, perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem
- d) por força da doutrina dominante, os bens imóveis são considerados como fungíveis e consumíveis, salvo quando objeto do contrato de compra e venda



4) Por força da Lei nº 8.009/90, é possível a penhora do imóvel urbano utilizado para fins residenciais em razão do inadimplemento da seguinte obrigação:

- a) cobrança de contribuição previdenciária decorrente de débito de sociedade anônima, cujo diretor é o proprietário do imóvel residencial
- b) crédito trabalhista de sociedade simples administrada pelo proprietário do imóvel residencial
- c) cobrança de imposto de renda de pessoa física
- d) crédito decorrente de pensão alimentícia

5) Orlando dissipou boa parte de seu patrimônio, transferindo-o para seus irmãos, por meio de diversos negócios jurídicos, com objetivo de não partilhar os bens com seu cônjuge em ação de divórcio. Posteriormente, todo o patrimônio fora devolvido a Orlando. No caso hipotético narrado, ocorre a:

- a) simulação, conduzindo a anulabilidade dos negócios jurídicos
- b) simulação, conduzindo a nulidade absoluta dos negócios jurídicos
- c) fraude contra credores, conduzindo a anulabilidade dos negócios jurídicos
- d) fraude contra credores, conduzindo a nulidade absoluta dos negócios jurídicos

6) Clóvis e Bevilaqua celebram, no dia 10 de janeiro de 2013, pacto reconhecendo a união estável homoafetiva desde de março de 2003, nada dispondo acerca do regime de bens. Analisando o caso hipotético à luz da escola do Direito Civil-Constitucional, é correto afirmar que:

- a) constituíram uma entidade familiar desde março de 2003
- b) a entidade familiar só passou a existir em 10 de janeiro de 2013
- c) a relação carece de amparo constitucional, sendo uma mera parceria civil
- d) por falta de disposição legal, a relação entre Clóvis e Bevilaqua deve ser regida pelas normas da sociedade em comum, atual denominação da antiga sociedade de fato

7) A respeito da prescrição e decadência, pode-se afirmar que:

- a) diferente da prescrição, admite-se a renúncia da decadência legal
- b) por força do Código Civil brasileiro, a pretensão de reparação civil prescreve em três anos
- c) no atual ordenamento jurídico, não se admite de forma absoluta a suspensão e interrupção da prescrição
- d) se a decadência for legal, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação

8) Com base nas súmulas do Superior Tribunal de Justiça a respeito do Direito Civil, é correto afirmar que:

- a) o cancelamento da pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade civil far-se-á automaticamente, independentemente de decisão judicial, desde que com o alcance da maioridade o filho torne-se capaz
- b) no regime da comunhão de bens, a fiança conferida por um dos cônjuges sem a outorga do outro conduz a ineficácia parcial da garantia com a anulabilidade da mesma
- c) a simples devolução indevida de um cheque caracteriza dano moral
- d) o divórcio, não é admitido sem que haja prévia partilha dos bens



9) Gustavo ingressa com ação de usucapião pleiteando a declaração de domínio de um imóvel urbano de 392 m². Ele alega e demonstra ser possuidor do bem por mais de 16 anos, contudo não junta nenhum título justo e nem realiza prova de boa fé. Com base no caso hipotético, é correto afirmar que:

- a) a falta da demonstração de boa fé inibe a usucapião
- b) Gustavo poderá adquirir o referido bem através da usucapião extraordinária
- c) pelo fato do imóvel ter mais de 250m², a ação de usucapião deve ser julgada improcedente
- d) Gustavo só poderá adquirir o bem pela usucapião após 20 anos de posse. Assim, a presente ação deve ser julgada improcedente, salvo se no curso do feito, demonstrar sua posse de boa fé

10) A respeito do direito de vizinhança, pode-se afirmar que:

- a) os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono da árvore, mesmo que o terreno seja particular
- b) o ordenamento jurídico vigente admite, como regra geral, a abertura de janelas a menos de um metro e meio do terreno vizinho
- c) o proprietário ou o possuidor de um prédio, em que alguém tenha direito de fazer obras, pode, no caso de dano iminente, exigir do autor delas as necessárias garantias contra prejuízo eventual
- d) por força do princípio da solidariedade social, o dono do prédio que não tiver acesso a via pública, pode, independentemente do pagamento de indenização, constranger o vizinho a lhe dar passagem, cujo rumo será judicialmente fixado, se necessário

11) Pietro, por meio de contrato de mútuo, obtém um empréstimo de 20 mil reais com Estefano, devendo quitar a obrigação no prazo de 30 dias. Não dispondo de recursos financeiros para cumprir a obrigação, Pietro oferece um automóvel como forma de pagamento. Estefano aceita a oferta de Pietro, havendo, imediatamente, a transferência da titularidade da propriedade do automóvel. Nesse caso narrado, ocorreu a denominada:

- a) sub-rogação objetiva
- b) dação em pagamento
- c) novação subjetiva
- d) novação objetiva

12) A respeito da solidariedade passiva, é correto afirmar que:

- a) a obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, alcança os demais devedores, independentemente do consentimento destes
- b) se um dos devedores solidários falecer, deixando herdeiros, haverá a remissão parcial da obrigação
- c) se o credor exonerar da solidariedade um dos devedores, subsistirá a dos demais
- d) em caso de solidariedade passiva, inadmite-se a remissão parcial



13) Um casal deseja adotar três irmãos, Heloísa, com seis anos de idade, Helena, com nove anos, e José, com 13 anos. Os pais dos menores já faleceram. No caso hipotético, para que adoção se efetive, entre outros fatores, haverá necessidade do consentimento de:

- a) Heloísa, Helena e José
- b) Helena e José
- c) Helena
- d) José

14) A respeito da teoria geral dos contratos, é correto afirmar que:

- a) nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio
- b) a função social do contrato não é reconhecida pelo Código Civil vigente, sendo uma norma constitucional meramente programática
- c) de acordo com a doutrina dominante, a boa fé objetiva é um princípio aplicável apenas nas relações consumeristas
- d) nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas ambíguas ou contraditórias

15) Por força do artigo 23, XII da Lei nº 8.245/91, norma que dispõe a respeito das locações de imóveis urbanos, é obrigação do locatário o pagamento das despesas ordinárias de condomínio. A opção que apresenta uma destas despesas ordinárias de condomínio é:

- a) pintura das fachadas
- b) constituição de fundo de reserva
- c) despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum
- d) pequenos reparos nas dependências e instalações elétricas e hidráulicas de uso comum

16) Miguel, com dez anos, filho de Maria e João, que possuem a guarda e o poder familiar sobre ele, arremessou uma pedra em direção à casa vizinha a sua residência, causando um dano material de cinco mil reais. Diante do caso hipotético, é correto afirmar que:

- a) a responsabilidade civil dos pais é objetiva
- b) a responsabilidade civil dos pais é subjetiva e solidária
- c) em virtude da falta de consciência de Miguel, não haverá ressarcimento pelo dano causado
- d) no caso concreto, Miguel, em virtude da idade, é absolutamente irresponsável no plano cível pelo dano causado



17) A respeito do Direito de Propriedade regulado pelo Código Civil brasileiro, pode-se afirmar que:

- a) a propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário
- b) a propriedade do solo estende-se ao subsolo, incluindo as jazidas, minas e demais recursos minerais
- c) em virtude do direito de propriedade ser absoluto, permite-se os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem
- d) o proprietário pode ser privado da coisa, sem direito à indenização, se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços, considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante

18) Caio, casado com Sofia pelo regime de separação absoluta de bens, faleceu sem deixar testamento, em setembro de 2013, tendo como familiares, além de Sofia, sua mãe Catarina e sua irmã Benta. De acordo com o Código Civil vigente, neste caso hipotético, são herdeiras de Caio:

- a) Sofia
- b) Catarina
- c) Sofia e Benta
- d) Sofia e Catarina

19) A respeito do tema direito sucessório, é correto afirmar que:

- a) ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar
- b) é eficaz o legado de coisa certa que não pertença ao testador no momento da abertura da sucessão, desde que era à época do testamento
- c) os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, por livre vontade do testador
- d) é permitido o testamento conjuntivo, desde que seja recíproco

20) Um grupo de alunos da Faculdade de Direito procura o escritório modelo desejando sanar dúvidas a respeito das associações previstas no Código Civil brasileiro. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais
- b) a qualidade de associado é livremente transmissível, salvo disposição em contrário no Estatuto
- c) as associações são pessoas jurídicas de direito público, sem fins econômicos
- d) há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

21) Na ação civil pública, disciplinada pela Lei nº 7.347/85, o prazo que a associação autora terá para promover a execução da sentença condenatória transitada em julgado, sob pena de não o fazendo, fazê-lo o Ministério Público, em dias, será de:

- a) 20
- b) 30
- c) 40
- d) 60

22) De acordo com a Lei nº 4.717/65, na ação popular, os atos lesivos ao patrimônio público **NÃO** se tornam nulos nos casos de:

- a) vício de forma
- b) incompetência
- c) vício de consentimento
- d) inexistência dos motivos

23) Ao ser requerida a concessão de liminar no mandado de segurança coletivo, o representante judicial da pessoa jurídica de direito público terá, para se manifestar no processo, o prazo, em horas, de:

- a) 72
- b) 48
- c) 36
- d) 24

24) Para prestar informações, a autoridade coatora, no mandado de segurança, terá o prazo, em dias, de:

- a) 10
- b) 15
- c) 20
- d) 30



25) Sobre processos de mandado de segurança é **INCORRETO** afirmar que não cabe:

- a) interposição de embargos infringentes
- b) a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios
- c) concessão de medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários
- d) recurso ordinário das decisões proferidas em única instância pelos tribunais quando a ordem for denegada

Considerando o processo de *habeas data*, responda as questões de números 26 e 27.

26) Uma vez apresentado o requerimento ao órgão ou à entidade depositária do registro ou banco de dados, essa, a fim de deferir ou indeferir o pedido, terá o prazo, em horas, de:

- a) 24
- b) 36
- c) 48
- d) 72

27) Para manifestar-se no processo, o Ministério Público terá o prazo, em dias, de:

- a) 05
- b) 10
- c) 15
- d) 20

28) Em relação às ações disciplinadas pela Lei nº 8.245/91, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) o valor da causa corresponderá, na ação renovatória de locação, a doze meses de aluguel
- b) o foro do lugar da situação do imóvel é competente para conhecer e julgar a ação de despejo
- c) o recurso interposto contra a sentença que julga a ação revisional de aluguel será recebido somente no efeito devolutivo
- d) a ação de consignação em pagamento de aluguel e acessório da locação não tramita durante as férias forenses e o processo é suspenso pela superveniência destas



A partir da ação de despejo por falta de pagamento de aluguel, responda as questões de números 29 e 30.

29) A fim de evitar a rescisão da locação, o locatário, uma vez citado, deve efetuar o pagamento do débito atualizado no prazo, em dias, de:

- a) 05
- b) 10
- c) 15
- d) 20

30) Efetuada a purga da mora, o locador alegou que a oferta não foi integral, justificando a diferença. Nesse caso, o locatário terá, para complementar o depósito, o prazo, em dias, de:

- a) 05
- b) 10
- c) 15
- d) 20

31) Considerando a Lei nº 12.153/2009, que disciplina os Juizados Especiais da Fazenda Pública, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) o juiz poderá, de ofício, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação
- b) não se incluem na sua competência as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis
- c) cabe ao conciliador, sem a supervisão do juiz, conduzir a audiência de conciliação
- d) nas causas de sua competência não haverá reexame necessário

32) Quando da separação judicial, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) importará na separação dos corpos e na partilha dos bens
- b) dar-se-á por mútuo consentimento dos cônjuges, se forem casados há um ano
- c) o cônjuge responsável pela ação prestará ao outro pensão, se dela necessitar, a ser fixada pelo juiz
- d) poder-se-á promover ação de divórcio, no caso de separação de fato, desde que completados dois anos consecutivos e comprovado decurso do tempo de separação

33) Nos processos dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais, admite-se:

- a) assistência
- b) reconvenção
- c) litisconsórcio
- d) recurso especial



34) Apresentando escusa ao juiz para eximir-se do encargo na curatela dos interditos, o tutor terá o prazo, em dias, de:

- a) 05
- b) 10
- c) 15
- d) 20

De acordo com os procedimentos especiais de jurisdição voluntária, responda as questões de números 35 e 36.

35) O interessado, para responder, tem o prazo, em dias, de:

- a) 05
- b) 10
- c) 15
- d) 20

36) Dentre as causas a seguir, a que **NÃO** pode adotar este procedimento é a de:

- a) alienação da coisa comum
- b) emancipação
- c) sub-rogação
- d) interdição

37) Para oferecer embargos na ação monitória, o réu disporá do prazo, em dias, de:

- a) 05
- b) 10
- c) 15
- d) 20

38) Para o oferecimento de contestação nos embargos de terceiro, o prazo, em dias, é de:

- a) 10
- b) 15
- c) 20
- d) 30



39) O requerente, no procedimento cautelar, **NÃO** responderá ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida se:

- a) o juiz acolher, no procedimento cautelar, a alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor
- b) uma vez obtida liminarmente a medida não promover a citação do requerido dentro de cinco dias
- c) a cessação da eficácia da medida cautelar ocorrer devido a não execução de 30 dias
- d) a sentença no processo principal lhe for favorável

40) Na contestação da ação de consignação em pagamento, o réu **NÃO** poderá alegar que:

- a) foi justa a recusa
- b) foi depositado o valor integral
- c) o depósito não foi efetuado no prazo, ou no lugar do pagamento
- d) não houve recusa ou mora em receber a quantia ou coisa devida



DIREITO CONSTITUCIONAL

41) Em matéria de controle de constitucionalidade das leis e atos normativos municipais e estaduais em face da Constituição do Estado, é correto afirmar que:

- a) impera o princípio da simetria federativa
- b) o papel do Procurador da Câmara equivale ao papel do Procurador da República
- c) a suspensão do ato declarado incidentalmente inconstitucional pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça local cabe à Assembleia Legislativa do Estado
- d) é cabível recurso extraordinário apenas se a norma impugnada o for em face de preceito da Constituição Estadual afim ao da Constituição Federal

42) Em matéria de divisão de competência entre os entes federativos, afirma-se:

- I- A competência comum de proteção do meio ambiente, dividida entre os entes federativos, pode ser objeto de distribuição infraconstitucional, de forma que, por exemplo, o Estado atue supletivamente onde o município não tenha capacidade técnica para fazê-lo;
- II- As competências concorrentes compartilhadas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal afastam a atuação legislativa dos entes municipais;
- III- Os consórcios públicos podem ter como objeto verdadeiras delegações de atribuições entre entes federativos, até em competências que lhes sejam privativas.

Pode-se afirmar que são verdadeiras:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I, II e III

43) A respeito das denominadas ações constitucionais, afirma-se:

- I- A impetração do Mandado de Segurança pode ser em face exclusivamente do Ente Público ao qual pertença a autoridade coatora;
- II- O *Habeas Data* perdeu parte de sua aplicabilidade prática diante da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação;
- III- As ações civis públicas por improbidade administrativa equivalem aos processos administrativos disciplinares de autoridades que detenham cargo público efetivo.

Pode-se afirmar que é/são verdadeira(s):

- a) I, II e III
- b) III
- c) II
- d) I



44) Em matéria de processo legislativo, é correto afirmar que a(o):

- a) sanção à lei pode ser tácita ou expressa
- b) publicação da lei é o bastante para sua validade, a não ser que dotada de *vacatio legis*
- c) vício de iniciativa de lei cujo projeto caiba exclusivamente ao Chefe do Executivo pode ser suprido pela respectiva sanção
- d) *quorum* diferenciado para aprovação das leis ordinárias, complementares e das emendas à Constituição, é indicativo da rigidez desta

45) Sobre o conflito de direito intertemporal constitucional, é correto afirmar que:

- a) uma nova Constituição não admite a vigência, ainda que temporária, de normas da Constituição revogada
- b) as leis pretéritas incompatíveis com a nova Constituição são, *ipso facto*, consideradas inconstitucionais
- c) a forma da espécie legislativa que se coteja com uma nova Constituição é irrelevante para o fenômeno da recepção
- d) a legislação compatível com a nova Constituição é recepcionada sem que o fenômeno implique qualquer consequência para a interpretação constitucional

46) Na interpretação do Supremo Tribunal Federal, por maioria, entendeu-se que o controle do Judiciário Estadual pelo Conselho Nacional de Justiça é válido:

- a) em razão da unicidade do Judiciário
- b) a despeito da violação ao princípio federativo
- c) em razão da garantia da inamovibilidade dos juízes, sejam federais ou estaduais
- d) a despeito de ferir o princípio da separação dos poderes *a latere* e não em seu núcleo essencial

47) A propósito da teoria da Constituição, afirma-se:

- I- O poder constituinte derivado institucional é exclusivo dos Estados que adotem a Federação como forma de Estado;
- II- O poder reformador na Constituição de 1988 se resume, hoje, às Emendas à Constituição, a despeito da previsão de revisão em suas normas transitórias;
- III- As limitações materiais ao poder de reforma se resumem às denominadas “cláusulas pétreas”.

Pode-se afirmar que são, uma vez consideradas globalmente, verdadeiras:

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e III
- d) I e II



48) Enquanto entidades da Administração Pública Indireta, as empresas públicas e sociedades de economia mista:

- a) são obrigadas a licitar em qualquer hipótese
- b) atendem a um regime jurídico único para seus empregados públicos
- c) podem explorar serviços públicos somente na qualidade de atividade econômica *stricto sensu*
- d) detêm um estatuto próprio, que cuida de suas licitações, em regime diferenciado em relação à Administração Direta e Autárquica

49) São princípios de interpretação tipicamente constitucional os seguintes:

- a) supremacia, interpretação conforme a Constituição, efetividade máxima dos direitos fundamentais e teleológico
- b) declaração de nulidade sem redução de texto, teleológico e razoabilidade e proporcionalidade
- c) interpretação, conforme a Constituição, horizontalidade dos direitos fundamentais
- d) efetividade máxima dos direitos fundamentais e hierarquia normativa

50) Em relação às competências federativas em matéria de prestação de serviços públicos, afirma-se:

- I- Os serviços cemiteriais são de competência local, devendo ser prestados diretamente pelos Municípios;
- II- Os serviços metropolitanos são de competência compartilhada entre Estado-instituidor da Região Metropolitana e municípios metropolitanos;
- III- As concessões de serviços públicos devem ser necessariamente precedidas de licitação.

Pode-se afirmar que são, uma vez consideradas globalmente, verdadeiras:

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e III
- d) I e II

**RASCUNHO DE GABARITO**

QUESTÃO	GABARITO
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

QUESTÃO	GABARITO
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	